

Aumento da geração será por leilão

Ministério pretende tornar os empreendimentos em energias renováveis mais competitivos. A expansão da geração de energia por fontes alternativas em programas do Ministério de Minas e Energia (MME) será feita na forma de leilões ou licitações, e não mais com preços definidos, como ocorreu na primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa). Segundo a secretária de energias renováveis do ministério, Laura Porto, ainda não há previsão de quando devem ocorrer licitações para uma etapa complementar do Proinfa, mas o ministério prevê a realização de leilões distintos para as fontes alternativas, já que os custos de geração de energia eólica, por biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas não são competitivos com a geração hidráulica, por exemplo.

Segundo Laura, a intenção é diminuir os subsídios governamentais a longo prazo e tornar os empreendimentos em energias renováveis mais competitivos no mercado brasileiro. "Esta é a tendência para a expansão do Proinfa. As perspectivas são de contratação em ambiente regulado com licitações ou leilões exclusivos", afirmou ela, que participou de seminário realizado pelo Institute for International Research (IIR) em São Paulo. Esta estratégia tem sido adotada por países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha para a expansão das energias renováveis.

Segundo a professora Carla Kazue Nakao Cavaliero, do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Unicamp, a utilização de subsídios em programas de geração por fontes alternativas é importante, mas o mais indicado é que eles sejam diminuídos no longo prazo, como foi adotado em outros países. O fim dos incentivos a longo prazo e o aumento da competitividade no médio prazo também foram defendidos pelo diretor-presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales.

Competição com outras fontes

Segundo ele, a sustentabilidade de programas de energia alternativa deve levar em conta a competição com outras fontes, e também a pressão dos incentivos nos aumentos tarifários. Sales disse que, para os investidores privados do setor de energias alternativas, é necessário que haja subsídios para viabilizar os projetos pioneiros, mas, no futuro, a regulação deve ficar mais por conta do mercado.

Já o diretor do Centro Nacional de Desenvolvimento de Pequenas Centrais Hidrelétricas (CndPCH), Jorge Sampaio, reivindica a ampliação do Proinfa para mais 2,2 mil MW de expansão em PCH. Segundo Sampaio, o impacto tarifário desta expansão seria de aproximadamente 0,11%. O impacto da expansão dos 3,3 mil MW previstos na primeira fase do programa é de 0,25%, de acordo com o diretor. Sampaio afirma também que, para a geração de mais 2,2 mil MW por PCHs, o investimento previsto é de US\$ 2,2 bilhões em equipamentos e serviços. No Proinfa, estão previstos investimentos de R\$ 8 bilhões.

Ao mesmo tempo em que o governo pretende diminuir os subsídios às fontes alternativas, também prevê aumentar dos atuais 60% para 90% o índice de nacionalização de equipamentos, disse Laura Porto. Segundo ela, na formatação das regras para a primeira etapa do Proinfa, chegou-se aos 60% de conteúdo local depois de estudos sobre o mercado, principalmente na energia eólica, segmento no qual o Brasil não detém controle de tecnologia. "O objetivo é incentivar na primeira etapa do Proinfa a instalação de empresas que tragam para o Brasil a tecnologia que ainda não temos, que é a parte eletrônica", disse.